

Demonstrações Financeiras

Mineração Morro do Ipê S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e aos Acionistas da
Mineração Morro do Ipê S.A.
Brumadinho, MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para descomissionamento de ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 17, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa, que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$110.127 mil em 31 de dezembro de 2024.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas



**Shape the future
with confidence**

contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC 1SP-133169/O

Mineração Morro do Ipê S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	68.339	105.559
Contas a receber de clientes		484	14.730
Contas a receber - parte relacionada	13	-	127.018
Estoques	5	157.658	112.830
Impostos a recuperar	6	68.806	67.603
Despesas antecipadas	7	8.269	28.225
Adiantamentos a terceiros	8	28.472	47.199
Outros ativos financeiros	12	27.487	42.436
		359.515	545.600
Não circulante			
Depósitos Judiciais	16	7.616	6.782
Depósitos vinculados		5.048	5.963
Impostos a recuperar	6	47.480	16.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	346.451	10.479
Imobilizado	9	1.727.555	1.266.790
Intangível	10	52.180	43.215
Outros ativos financeiros	12	2.670	19.936
Outros ativos		2.254	853
		2.191.254	1.370.142
Total do ativo		2.550.769	1.915.742

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	149.727	156.071
Empréstimos e financiamentos	12	327.565	170.527
Partes relacionadas	13	151.954	260.877
Impostos a recolher		8.977	14.198
Obrigações trabalhistas	14	15.139	27.040
Passivos de arrendamento	18	1.534	-
Obrigações com terceiros	15	19.419	29.129
Adiantamento de clientes		300	65
		674.615	657.907
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	598.072	585.573
Provisão de contingências	16	5.584	5.231
Provisão para descomissionamento de ativos	17	110.127	129.033
Passivos de arrendamento	18	1.538	-
Obrigações com terceiros	15	3.229	10.340
Partes relacionadas	13	692.639	-
Outros passivos financeiros	12	43.187	14.119
		1.454.376	744.296
Patrimônio líquido	19		
Capital social		835.937	663.437
Reserva de hedge	12	(13.030)	(1.109)
Ajustes acumulados de conversão		(9.883)	(69.327)
Prejuízos acumulados		(391.246)	(79.462)
		421.778	513.539
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.550.769	1.915.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita de vendas, líquida	20	969.698	1.311.580
Custo dos produtos vendidos	21	(1.586.005)	(1.240.932)
Resultado bruto		(616.307)	70.648
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(82.432)	(66.401)
Outros resultados operacionais	23	(41.886)	(87.564)
		(124.318)	(153.965)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(740.625)	(83.317)
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		336.899	97.565
Despesas financeiras		(243.999)	(138.435)
		92.900	(40.870)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(647.725)	(124.187)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	25	335.941	30.966
Prejuízo líquido do exercício		(311.784)	(93.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(311.784)	(93.221)
Ajuste acumulado de conversão	59.444	(53.749)
Operações com derivativos	(11.921)	1.680
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(264.261)</u>	<u>(145.290)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	490.732	13.759	129.529	(15.578)	(2.789)	-	615.653
Aumento de capital	172.705	-	(129.529)	-	-	-	43.176
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(93.221)	(93.221)
Reserva legal	-	(13.759)	-	-	-	13.759	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(53.749)	-	-	(53.749)
Custo de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	-	1.680	-	1.680
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663.437	-	-	(69.327)	(1.109)	(79.462)	513.539
Aumento de capital	172.500	-	-	-	-	-	172.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(311.784)	(311.784)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	59.444	-	-	59.444
Custo de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	-	(11.921)	-	(11.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	835.937	-	-	(9.883)	(13.030)	(391.246)	421.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(647.725)	(124.187)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21,22	77.988	4.967
Provisão para perda de estoques	21	39.175	13.772
Juros sobre empréstimos	24	100.964	-
Juros com partes relacionadas	24	54.277	-
Baixa de ativos imobilizados	23	17.352	-
Perda com créditos tributários	23	4.648	-
Atualização monetária de ativos		1.494	-
Outras provisões e amortizações		6.961	1.829
Termo de ajustamento de conduta		(1.591)	305
Efeito de conversão-resultado		(334.075)	59.963
		(680.532)	(43.351)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		14.246	1.271
Contas a receber partes relacionadas		127.018	110.597
Estoques		(57.941)	(87.994)
Despesas antecipadas		20.017	(18.696)
Impostos a recuperar		(37.207)	(43.458)
Depósitos judiciais e vinculados		(1.320)	(10.238)
Adiantamentos a terceiros/funcionários		11.272	(19.103)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(16.399)	(13.129)
Partes relacionadas		331.060	123.545
Adiantamento de clientes		212	(3.932)
Adiantamentos de clientes – partes relacionadas		185.561	-
Obrigações com terceiros e trabalhistas		(16.399)	1.787
Impostos a recolher		(5.252)	(37.441)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(96.987)	(121.535)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(222.651)	(161.677)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	9	(139.186)	(181.637)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(139.186)	(181.637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	19	172.500	-
Empréstimos adquiridos	12	876.500	-
Liquidação de principal	12	(750.000)	150.000
Passivo de arrendamentos		(1.474)	-
Custo de transação	12	(6.152)	(1.660)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		291.374	148.340
Efeitos de conversão - caixa		33.243	(27.238)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(37.220)	(222.212)
No início do exercício		105.559	327.771
No fim do exercício		68.339	105.559
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(37.220)	(222.212)
Informação suplementar			
Aumento (redução) não caixa de imobilizado decorrente de:			
Provisão/(Reversão) recuperação ambiental		(8.765)	97.625
Juros e derivativos capitalizados		49.362	66.489
Direito de uso - arrendamentos		4.352	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi adquirida e denominada Mineração Morro do Ipê S.A. (“Morro do Ipê” ou “Companhia”) em 17 de março de 2016, sendo que anteriormente a Companhia se chamava Santa Dominica Empreendimentos e Participação S.A. e possuía um capital social no valor de R\$0,15. Em 28 de outubro de 2016, a Mineração Morro do Ipê S.A. iniciou suas atividades em fase pré-operacional, através da aquisição de ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. (“MMX Sudeste”) por R\$137.255. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, com atuação na extração de minério de ferro.

Em 25 de Outubro de 2016, a MMI emitiu 70.000.000 de títulos de remuneração variável não conversíveis em ações (“Títulos”), os quais foram integralmente subscritos e integralizados pela MMX Sudeste Mineração S.A. que foram cedidos a certos credores, nos termos da escritura disponível no website da MMI (“Escritura”). Conforme previsto na Escritura, os Títulos farão jus a uma remuneração variável anual, limitada a R\$70 milhões (“Royalties”), a partir do momento em que a produção de minério de ferro na base seca da MMI ultrapassar 6.000.000 (seis milhões) de toneladas em um ano calendário (“Condição para Apuração dos Royalties”). Após o atingimento da (“Condição de para apuração dos Royalties”) os royalties serão calculados proporcionalmente ao volume de vendas (3% da receita bruta deduzido de despesas de vendas) e limitado a R\$70 milhões. O pagamento será anualmente, no dia 31 de janeiro de cada ano calendário subsequente ao seu reconhecimento. Até a presente data, a MMI não atingiu a Condição para Apuração dos Royalties, e conseqüentemente não ocorreu pagamento à título de Royalties a qualquer credor de Títulos.

Em 1º junho de 2017, a Companhia saiu da fase pré-operacional e iniciou suas atividades comerciais, destinadas exclusivamente para o mercado externo. A primeira venda ao mercado externo ocorreu no mês de julho de 2017, seguido dos meses de setembro e outubro deste mesmo ano.

Ainda em 2017, a Mineração Morro do Ipê iniciou suas atividades operacionais com o beneficiamento de antigas pilhas de rejeito de minério da MMX Mineração, com beneficiamento nas instalações na Usina de Ipê.

Durante os anos de 2021 e 2022 a Companhia foi capaz de gerar volume de produção e vendas na ordem de 2,4 Milhões de toneladas e 3,4 Milhões de toneladas o que aliado ao mercado favorável ao preço do minério de ferro foi fundamental para a melhoria dos resultados operacionais e conseqüentemente da capacidade da Companhia financiar parte do projeto “Tico-Tico” com geração de caixa operacional.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a Licença de operação (LO) da Mina de Tico-Tico, emitida pela Secretária de Estado de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, para operar a nova usina de beneficiamento. Então, iniciou-se o “*ramp-up*” com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2024, entretanto, devido a vários ajustes no projeto para atender a nova capacidade o “*ramp-up*” foi revisto e prorrogado para até o fim do primeiro semestre de 2025. Esta nova operação tem o potencial de atingir a produção de até 6,0 Milhões de toneladas de produto acabado de “*pellet feed*”, produto este com 65% de ferro, e consequentemente capturar melhores preços no mercado internacional de minério de ferro, além de aumentar a margem operacional da companhia.

Em 2024, a Companhia produziu 3.438 mil (4.224 mil em 2023) toneladas úmidas de produto acabado, e comercializou 3.562 mil (4.026 mil em 2023) toneladas úmidas de produto acabado.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$315.100 mil (R\$112.307 mil em 2023), prejuízo no exercício de R\$311.784 (R\$93.221 mil em 2023) mil e prejuízos acumulados de R\$391.246 mil (R\$79.462 mil).

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 é positivo em R\$421.778 mil (R\$513.539 mil em 2023) e a Companhia encerrou o exercício com uma posição de caixa de R\$68.339 mil (R\$105.559 mil em 2023).

Em 2024, o fluxo de caixa operacional foi negativo, principalmente, i) atraso no “*ramp-up*” da nova usina de Tico-Tico, ii) incremento de custo com insumos para operar a nova usina de beneficiamento e despesas fixas superiores para a nova operação de 6 milhões de toneladas por ano.

Ainda em 2024, como demonstração de suporte dos acionistas, houve aporte de capital em aproximadamente R\$172.500 Mil e R\$125.077 Mil como empréstimos dos acionistas para injeção de liquidez na Companhia. Contudo, conforme o modelo de negócios e com o avanço no “*ramp-up*” da nova usina de beneficiamento, a Companhia prevê uma geração de caixa operacional suficiente para liquidar os compromissos financeiros, incluindo serviço da dívida, e com fornecedores nos próximos 12 meses. Adicionalmente, a Companhia está discutindo com seus principais credores a reestruturação de seus empréstimos. E, se necessário, a Companhia contará com o suporte dos Acionistas e com linhas de créditos pré-aprovadas junto as instituições financeiras, mas não é o cenário base projetado pela Administração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira da Companhia--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal ("*going concern*") dos negócios da Companhia.

Todas as premissas adotadas pela Companhia são baseadas na melhor estimativa da Administração a respeito das condições futuras do mercado. A Administração acredita que as previsões se basearam em estimativas prudentes de preço e produção, porém mudanças significativas nessas premissas podem afetar o resultado e as reservas de caixa projetadas.

Historicamente, a Companhia adotou uma estratégia de preservação de caixa, que restringe a assunção de compromissos para investimentos de capital significativo, a menos que exista uma fonte de recursos específica disponível. Isso protege a Companhia contra problemas de liquidez decorrentes de compromissos em projetos cuja fonte de financiamento ainda não foi definida.

A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não seja suficiente para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus principais acionistas ou outras formas de ingresso de capital. Em conclusão, com base no atual saldo de caixa da Companhia, e na expectativa da Administração em relação aos custos operacionais e à geração de caixa, a Administração possui expectativa razoável de que a Companhia irá manter a continuidade de suas atividades pelo menos pelos próximos 12 meses.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07(R1), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2025, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

De acordo com o CPC 02, os efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio, a moeda funcional é definida como moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera, ou seja, que efetivamente é o ambiente em que a entidade está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

Analisando os fatores para determinação da moeda funcional, a Administração concluiu que a maior parte da Produção de Ferro da MMI será destinada ao Mercado de Exportação. Uma vez que o Minério de Ferro é determinado pelo Índice de Minério de Ferro (*Platts*) que é precificado em dólares americanos (incluindo multas, prêmios etc.) entende-se que a sua receita está predominantemente atrelada à moeda dólar.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional--Continuação

Os indicadores primários e secundários avaliados pela Administração demonstram que o dólar refletirá melhor a moeda do principal ambiente em que a entidade opera.

No contexto operacional da Companhia, boa parte da produção de ferro foi destinada ao mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um único comprador para 100% dos seus volumes de exportação. Os preços de venda do minério de ferro para o mercado externo são integralmente (incluindo multas, prêmios e etc.) determinados pelo Índice Internacional de Minério de Ferro (“*Platts*”) em USD.

Com base no CPC 02 a MMI aplicou todos os procedimentos necessários à nova moeda funcional, prospectivamente, a partir da data da mudança, que foi 1º de janeiro de 2022.

Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como “Ajustes acumulados de conversão”.

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos, contratada pela Companhia, resume-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial e aquisição de bens para o ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia designa o instrumento de “*hedge*” relacionado a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de fluxo de caixa. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com o objetivo da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debênture que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício, exceto pelo período de construção de ativos para os quais os recursos captados através da emissão de debêntures ainda estiverem em construção, onde neste caso os juros serão capitalizados no imobilizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade produzida para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Descomissionamento de ativos

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Companhia é tributada através do regime de tributação do Lucro Real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Provisões (incluindo contingências)--Continuação

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.9. Arrendamentos

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação do Grupo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Arrendamentos--Continuação

Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota 18. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustada a realidade da Companhia. A taxa para as operações de arrendamento de equipamentos foi de 7,2% com vencimentos de 3 anos. As taxas reais (líquidas de inflação) foram obtidas por operações de financiamento para ativos destas classes por meio de sondagens nos bancos que atendem a Companhia.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; ii) todos os riscos e benefícios econômicos inerentes ao produto são transferidos para o comprador; iii) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que benefícios econômicos são gerados a favor da Companhia. As transações de exportação são 100% efetuadas entre partes e a transferência de propriedade ocorre no momento do embarque do navio (FOB Porto - ambiente alfandegado). O valor reconhecido reflete o valor que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. Os contratos de vendas são avaliados para determinar o desempenho das obrigações, o preço da transação e o ponto em que ocorre a transferência do controle.

A receita é derivada das vendas de mercadorias e é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, após dedução de descontos, descontos por volume, imposto sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas caso se apliquem.

As vendas de exportação são demonstradas pelo valor faturado com base em estimativas de preços futuros e pelo valor fixo para determinados contratos, de tal forma que o preço provisório seja a melhor estimativa de valor no momento da transação, ou seja, no momento do embarque.

As vendas com base em estimativas de preços futuros são marcadas a mercado em cada data de relato, usando o preço a prazo do período equivalente ao descrito no contrato. A receita de vendas com preços provisórios é reconhecida com o preço de mercado a termo quando o controle passa para o cliente e é classificado como receita de contratos com clientes.

As vendas com base no valor fixo são marcadas usando o preço e prazo equivalente ao descrito no contrato, e reconhecida quando o controle passa para o cliente.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários, venda de minério de ferro e empréstimos com acionistas e foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024-- continuação

ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

iii) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais específicos, e exige que as receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. Além disso, a norma demanda a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Houve também alterações no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que mudaram o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, além de remover a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, mas não no Brasil. A aplicação será retrospectiva, e a Companhia está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025-- Continuação

iii) Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

iv) IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

v) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025-- Continuação

- v) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	1.611	10.869
Aplicações financeiras	66.728	94.690
	<u>68.339</u>	<u>105.559</u>

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras remunerados até 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Almoxarifado	125.544	72.899
Produto acabado	14.350	33.668
Produto em processo	17.764	6.263
	<u>157.658</u>	<u>112.830</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável, entretanto, foi registrado o montante de R\$39.175 de perda por umidade e perdas na operação.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Circulante</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos (a)	9.868	20.783
PIS e COFINS (b)	58.938	46.739
ICMS a recuperar (c)	-	81
	68.806	67.603
<u>Não circulante</u>		
ICMS a recuperar (c)	5.849	6.408
PIS e COFINS (b)	22.660	6.553
IRPJ antecipado (d)	18.971	3.163
	47.480	16.124
	116.286	83.727

- (a) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras e do recebimento das operações de SWAP.
- (b) O saldo referente aos créditos de PIS e de COFINS é decorrente da utilização de insumos, serviços e aquisição de ativo imobilizado alocados no processo produtivo da Companhia. Em 2024, esses créditos foram parcialmente compensados com imposto federais devidos no ano.
- (c) Os saldos de ICMS a recuperar se referem aos créditos decorrentes das aquisições de ativos imobilizados e operações correntes, os quais estão previstos para serem compensados através do aproveitamento do benefício da utilização dos créditos acumulados para aquisição de máquinas e equipamentos ligados a atividades de mineração. A Companhia tem a intenção de adquirir equipamentos usando créditos de ICMS, caso esta alternativa se mostre inviável ao longo do tempo, a Companhia ainda disporá da alternativa de vender o crédito a terceiros.
- (d) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Foi solicitado a restituição dos valores, porém, aguardamos análise da Receita Federal para liberação dos valores.

7. Despesas antecipadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros diversos	113	8.788
Despesas logísticas	8.156	19.437
	8.269	28.225

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Adiantamentos a terceiros

	2024	2023
Adiantamento para aquisição de terrenos para compensação ambiental (a)	10.918	22.918
Adiantamento a fornecedores	17.163	24.100
Adiantamentos a funcionários	391	181
	28.472	47.199

(a) Refere-se a aquisição de áreas que serão transferidas para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal. Considerando que a Companhia ainda detém legalmente a titularidade dos terrenos, foi registrado um ativo e um passivo, que será compensado assim que a documentação for finalizada. Em 2024, foi concluído a transferência da fazenda Cerca Grande para o Estado de Minas Gerais, no valor de R\$12.000. A Companhia tem a expectativa de transferir as demais compensações até o fim de 2025.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Terreno	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento (i)	Ativo Ambiental (ii)	Direito de uso	Outros	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	11.001	6.030	2.273	1.740	1.403	5.451	939.346	31.408	-	5.158	1.003.810
Adições	475	44.425	63	8.671	1.067	3.644	186.949	97.625	-	2.832	345.751
Depreciação	-	(3.244)	205	(1.074)	(412)	(1.718)	-	-	-	(4)	(6.247)
Transferência	-	533	-	-	-	2	4.913	-	-	(5.448)	-
Efeito Moeda Funcional	(791)	(1.853)	(207)	(180)	(72)	(302)	(70.779)	(2.267)	-	(73)	(76.524)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10.685	45.891	2.334	9.157	1.986	7.077	1.060.429	126.766	-	2.465	1.266.790
Adições	2.663	14.429	-	9.081	138	705	161.532	(8.765)	4.352	-	184.135
Baixas	-	(1.407)	-	(7)	(560)	(335)	(15.043)	-	-	-	(17.352)
Depreciação	-	(26.585)	(222)	(31.174)	(552)	(2.494)	-	(16.240)	(1.451)	(86)	(78.804)
Transferência	-	472.387	-	724.154	237	1.851	(1.202.819)	-	-	4.190	-
Efeito Moeda Funcional	3.262	103.050	610	134.107	462	1.908	96.010	31.208	810	1.359	372.786
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	16.610	607.765	2.722	845.318	1.711	8.712	100.109	132.969	3.711	7.928	1.727.555
Custo	12.241	76.019	8.331	16.062	3.999	13.222	1.139.214	129.033	-	8.230	1.406.351
Depreciação acumulada	-	(28.531)	(5.764)	(6.650)	(1.870)	(5.586)	-	-	-	(7)	(48.408)
Transferência	-	533	-	-	-	2	4.913	-	-	(5.448)	-
Efeito da conversão para reais	(1.556)	(2.130)	(233)	(255)	(143)	(561)	(83.698)	(2.267)	-	(310)	(91.153)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10.685	45.891	2.334	9.157	1.986	7.077	1.060.429	126.766	-	2.465	1.266.790
Custo	14.904	90.448	8.331	25.143	4.137	13.927	1.300.746	120.268	4.352	8.230	1.590.486
Depreciação acumulada	-	(55.116)	(5.986)	(37.824)	(2.422)	(8.080)	-	(16.240)	(1.451)	(93)	(127.212)
Transferência	-	472.920	-	724.154	237	1.853	(1.197.906)	-	-	(1.258)	-
Baixa	-	(1.407)	-	(7)	(560)	(335)	(15.043)	-	-	-	(17.352)
Efeito da conversão para reais	1.706	100.920	377	133.852	319	1.347	12.312	28.941	810	1.049	281.633
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	16.610	607.765	2.722	845.318	1.711	8.712	100.109	132.969	3.711	7.928	1.727.555

(i) Em 2023, os saldos de imobilizados em andamento constituem, principalmente, investimentos realizados para construção da nova planta de Tico-Tico. As adições ao imobilizado no período de 2020 a 2023 se referem a estudos, pesquisas, infraestruturas, máquinas, e equipamentos que atenderão a mina Ipê e nova planta de Tico-Tico. Além dos itens mencionados anteriormente foram capitalizados os juros das debêntures emitidas em agosto de 2022 e agosto de 2023, os rendimentos de aplicações financeiras proveniente dos recursos adquiridos, bem como o resultado da operação com swap contratado com a finalidade de proteção do câmbio na aquisição de máquinas e equipamentos para a nova planta. Em 2024, com o início do "ramp-up" da Usina de Tico-Tico os ativos foram transferidos de Imobilizado em andamento para máquinas e instalações. Os saldos pendentes nesta rubrica se referem, principalmente, a estudos e pesquisas do projeto Compacto, obras civis para disposição de estéril e recuperação de água da Usina de Tico-Tico.

(ii) Ativo ambiental se refere ao valor justo da provisão para descomissionamento da mina, ou seja, a melhor estimativa dos gastos para recuperação da área minerada. A amortização é realizada com base no volume produzido.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 30 anos
- Instalações - 3 a 5 anos
- Máquinas e equipamentos - 2 a 10 anos
- Outros - 3 a 10 anos

Recuperabilidade do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

10. Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.586
Amortização do exercício	(2.058)
Reversão de amortização	2.880
Efeito da conversão para reais	(3.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.215
Amortização do exercício	(2.790)
Efeito da conversão para reais	11.755
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.180

O intangível apresentado se refere ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia.

O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício.

Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo de pesquisa a ser apresentado a ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após tramitação do processo e aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

Direitos Minerários

Em 2022, a Companhia arrematou os direitos minerários listados abaixo, disponibilizados, pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Processo: 48054.832499/2022-31

Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº. 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 52,52 hectares

Processo: 48054.832493/2022-64

Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 305,08 hectares

Processo: 48054.832505/2022-51

Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 540,29 hectares

Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de materiais (*)	22.719	26.934
Fornecedores de serviços (*)	68.838	62.252
Provisão de fornecedores (**)	58.170	66.885
	<u>149.727</u>	<u>156.071</u>

(*) Representado por fornecedores de giro da operação.

(**) Refere-se, principalmente, a transporte ferroviário e rodoviário.

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge

	<u>Passivos circulantes</u>		<u>Passivos não circulantes</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Debêntures emitidas em reais</u>				
Principal	120.665	160.000	603.335	590.000
Juros	5.276	12.078	-	-
Custo de transação	(1.327)	(1.551)	(5.263)	(4.427)
Variação Cambial	(1.283)	-	-	-
	<u>123.331</u>	<u>170.527</u>	<u>598.072</u>	<u>585.573</u>
<u>Nota de crédito em dólares americanos</u>				
Principal	152.500	-	-	-
Juros	12.063	-	-	-
Efeitos de conversão	39.671	-	-	-
	<u>204.234</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>327.565</u>	<u>170.527</u>	<u>598.072</u>	<u>585.573</u>

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e captação de recursos através de nota de crédito à exportação (NCE). A 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$150.000 ocorreu em 16 de agosto de 2023, com integralização em 1º de setembro de 2023, a 4ª Emissão de Debentures no valor de R\$724.000 ocorreu em 15 de setembro de 2024, com integralização em 25 de setembro de 2024. As NCE's no montante de R\$152.500 foram contratadas em 6 de março de 2024 e 22 de março de 2024, respectivamente.

Os recursos captados nas Notas de Crédito à Exportação foram utilizados para o reforço do caixa e capital de giro da Companhia. Já a totalidade dos recursos da emissão de debêntures tem a finalidade de ser aplicado conforme abaixo:

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas

- (i) Ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às Usinas de Tico-Tico com sua capacidade de beneficiar até 6,0 milhões de toneladas e Ipê com a capacidade de beneficiar até 2,8 milhões de toneladas e pagamento de sobrecustos na implantação do projeto;
- (ii) Pagamento total das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mineração Morro do Ipê S.A, com valor de R\$ 600.000;
- (iii) Pagamento total das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, da Emissora, nos termos, do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Mineração Morro do Ipê S.A., com valor principal R\$ 150.000;
- (iv) Liquidação das Notas de Negociação nº 20230816000028, nº 20240911000228, nº 20240911000229 contratadas sob o amparo do “Contrato de Operações de Derivativos”, em 16 de agosto de 2023 e 11 de setembro de 2024 respectivamente, entre a Emissora e o Agente de Swap (“Nota de Swap – Segunda e Terceira Emissões”);
- (v) Havendo recursos remanescentes após os pagamentos indicados nos itens acima, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas--Continuação

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

				2024	2023
Saldo Inicial				756.100	628.036
Captação				876.500	150.000
Juros apropriados				100.964	99.009
Amortização de principal				(750.000)	-
Amortização de juros				(96.987)	(121.535)
Custo da transação				(6.152)	(1.660)
Amortização do custo da transação				6.608	1.918
Ajuste de conversão				38.604	332
				925.637	756.100

				Saldo em	
Banco	Natureza	Indexador/juros	Vencimento	2024	2023
Bradesco	2ª Debêntures	100% DI + Spread 2,10%	15/08/2027	-	609.645
Bradesco	3ª Debêntures	100% DI + Spread 2,22%	15/08/2028	-	152.433
Bradesco	4ª Debêntures	100% DI + Spread 2,42%	15/09/2029	727.992	-
ITAU	NCE	8,41% a.a.	17/03/2025	133.129	-
ABC Brasil	NCE	9,20% a.a.	06/03/2025	71.106	-
				932.227	762.078
	Custos de transação			(6.590)	(5.978)
				925.637	756.100

Em março de 2024 foram contratadas Notas de Crédito à Exportação (i) com o Banco ABC Brasil no valor de US\$10.665 equivalente a R\$52.500 na data da contratação, e (ii) com o Banco Itaú no valor de US\$20.161 equivalente a R\$100.000 ambas com vencimento em março de 2025.

Em setembro de 2024, foram emitidas R\$724.000 em debêntures simples, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de setembro de 2029). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 3 meses e amortização de 9 meses a partir da data de emissão.

A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de dezembro de 2024 e de amortização em 15 de junho de 2025.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Até 2 anos	472.440	360.000
De 2 a 3 anos	321.775	200.000
De 3 a 4 anos	120.673	160.000
Acima de 4 anos	-	30.000
	<u>914.888</u>	<u>750.000</u>
Juros	17.339	12.078
Custos de transação	(6.590)	(5.978)
	<u>925.637</u>	<u>756.100</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Dívidas em US\$ - 8,4% até 9,2%	204.234	-
Dívidas em R\$ - 8,35%	727.993	762.078
	<u>932.227</u>	<u>762.078</u>
Custos de transação	(6.590)	(5.978)
	<u>925.637</u>	<u>756.100</u>

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis.

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacadas: (a) utilização da estruturação *waterfall* de contas correntes; (b) composição e manutenção do saldo mínimo da Conta Reserva i) a partir de 16 de novembro de 2024 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 4ª Emissão, de forma que a partir de 1º de fevereiro de 2025 seja mantido o saldo mínimo; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do *covenant* de índice de cobertura da dívida (ICSD) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais a cada doze meses.

Tendo em vista o atraso na emissão da Licença Operacional de Tico-Tico, que ocasionou a postergação do início do *ramp-up* das operações da nova usina, a Escritura da 4ª Emissão de Debêntures, contrato de Cessão Fiduciária e de Serviços de Depositário foram aditados em 18 de setembro de 2024 para alterar as regras para composição e manutenção do Saldo Mínimo da Conta Reserva, já descritos no parágrafo anterior.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, não há *covenants* a serem atendidos. Os *covenants* deverão ser atendidos a partir de janeiro de 2026, considerando as regras, prazo para cumprimento, e períodos de medição de cada *covenant* individualmente, além da manutenção do caixa em conta garantida.

Operações com derivativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Derivativos designados como instrumento de hedge		
<u>Swap de proteção cambial</u>		
Ativo circulante	27.487	42.436
Ativo não circulante	2.670	19.936
Total de operações com derivativos	30.157	62.372
Passivo não circulante	43.187	14.119
Posição (ativa)/passiva de <i>hedge accounting</i>	(13.030)	48.253

Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2024 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da 4ª emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 3ª e 4ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, tendo início em 01 de setembro de 2023 e 25 de setembro de 2024, respectivamente.

O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Real e exposição ao indexador de juros CDI.

Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2024. O instrumento, que é classificado como *hedge* de fluxo de caixa possui as seguintes características:

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

4ª Emissão de Debêntures:

(a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:

- Valor nominal: R\$724.000.000,00
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,42% ao ano
- Base: 252 (exponencial)

(b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:

- Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,6300
- Valor nominal: US\$128.596.802,84
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: 8,35% ao ano
- Base: 360 (linear)

Assim, o instrumento derivativo de *swap* permite que a Companhia receba do banco o ajuste equivalente à variação cambial e juros em caso de ajuste positivo. Por outro lado, para o ajuste negativo, a Companhia deverá pagar ao banco o equivalente à variação cambial e juros. O valor do ajuste positivo ou negativo é creditado ou debitado em uma conta corrente vinculada da Companhia destinada para liquidações dos ajustes dos *swaps*.

Com a contratação do instrumento derivativo, a exposição cambial deixa de existir, passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI. A exposição ao CDI também passa a ser nula, já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. As operações compartilham *pari passu* as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. Os instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos pelo valor justo na data da celebração dos contratos e são, subsequentemente, remensurados ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Companhia. conforme disposto abaixo:

	<u>Reserva de hedge de fluxo de caixa</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.109
Swap	<u>11.921</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>13.030</u></u>

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024	-	42.436
2025	4.258	16.807
2026	(281)	1.896
2027	(4.243)	(9.057)
2028	(6.703)	(3.829)
2029	(6.061)	-
Total	<u>(13.030)</u>	<u>48.253</u>

Como o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo foram capitalizadas até o início de 2024 no ativo imobilizado, quando entrou em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

13. Partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Trafigura PTE	-	127.018
	<u>-</u>	<u>127.018</u>

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

A parte relacionada Trafigura PTE e Porto Sudeste Exportação são os principais cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 59% e 41%, respectivamente, do total das vendas em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não realizava operações comerciais com a parte relacionada Porto Sudeste Exportação em 31 de dezembro de 2023. As transações comerciais entre as partes refletem as condições de mercado. O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da *commodity* e fixo definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da *commodity* entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 80% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos. Em 2024, as contas a receber com a Porto Sudeste Exportação está apresentado líquido do adiantamento representado no contas a pagar.

Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

	Contas a pagar	
	2024	2023
Porto Sudeste (a)	541.419	226.864
Trafigura PTE (b)	43.505	34.013
Porto Sudeste Exportação (c)	108.449	-
	693.373	260.877
	Empréstimos com sócios	
	2024	2023
SHL Trafigura (d)	75.617	-
SHL EAV LUX (d)	75.603	-
	151.220	-
Curto prazo	151.954	260.877
Longo prazo	692.639	-

- (a) Contratos de prestação de serviços portuários. Em 2024, parte dos serviços prestados não foram pagos no prazo, então, as partes concordaram que os saldos vencidos serão liquidados conforme disponibilidade de caixa com aplicação de juros a uma taxa média de 13% a.a. com previsão para término em 2028.
- (b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá após a finalização do *ramp-up* de Tico-Tico.
- (c) A Porto Sudeste Exportação é o cliente preponderantemente exportador com prazo médio de pagamento de 3 meses, e realizou antecipação dos pagamentos a título de adiantamento até que seja concluído o cálculo do preço final do minério de ferro embarcado.
- (d) Empréstimos contraídos a uma taxa fixa de 7% ao ano junto a partes relacionadas, com vencimento do principal e dos juros em dezembro de 2028. Os pagamentos estão previstos até agosto de 2028, condicionados à disponibilidade de caixa.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave

Em 2024, a Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração aos administradores-chave no montante de R\$4.017 (R\$3.863 em 31 de dezembro de 2023).

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários a pagar	69	-
INSS a recolher	3.894	2.153
FGTS a recolher	711	699
Provisão férias e encargos	10.465	10.192
Participação nos resultados (a)	-	13.996
	<u>15.139</u>	<u>27.040</u>

(a) Em 2024, a Companhia não atingiu as metas necessárias para o pagamento de PPR.

15. Obrigações com terceiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	8.501	6.211
TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b)	10.918	22.918
	<u>19.419</u>	<u>29.129</u>
Não Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	-	2.687
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c)	1.990	1.990
TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d)	1.239	5.663
	<u>3.229</u>	<u>10.340</u>
	<u>22.648</u>	<u>39.469</u>

(a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual n 47.041/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2024, 09 parcelas.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal n 11.428/2006 c/c artigos 26 e 27 do Decreto no. 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM no. 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRI_02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Obrigações com terceiros--Continuação

- (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022.
- (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

16. Provisões de contingências

	2024	2023
Depósitos judiciais		
Trabalhistas	266	114
Cíveis	7.350	6.668
	7.616	6.782
Provisões contingenciais	2024	2023
Causas trabalhistas	1.388	199
Causas de riscos cíveis	2.249	3.193
Causas ambientais	1.947	1.839
	5.584	5.231

Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2019 a 2024, no montante atualizado de R\$1.388 (R\$199 em 2023).

Cíveis

Em setembro de 2020, a Companhia ajuizou ação de constituição de servidão de mina em face dos coproprietários da propriedade, matrícula 8920, requerendo que seja deferida a tutela de urgência para que fosse constituída a posse da Companhia no restante da gleba de 58,72ha pertencente aos coproprietários, com a finalidade de exercer atividade minerária. Em vistas ao deferimento da liminar e a imediata imissão provisória na posse da área serviente, a Companhia realizou o depósito prévio da quantia de R\$1.726 a título de indenização pela ocupação no terreno. A ação foi classificada como de "perda provável" conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. O montante atualizado é em 2024 é de R\$2.249 (R\$3.193 em 2023).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

16. Provisões de contingências--Continuação

Ambiental

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 000718/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente de Igarapé por suposto lançamento irregular de efluentes contendo minério de ferro no Córrego Olaria, em decorrência das fortes chuvas ocorridas na região referente ao mês de janeiro de 2022. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração. Entretanto, em agosto de 2022, foi celebrado, entre o Município de Igarapé e a Companhia, Termo de Compromisso Ambiental - TCA, estabelecendo a suspensão da referida autuação até a conclusão do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) previsto no TCA, com a consequente extinção da autuação até a conclusão do projeto. A autuação foi classificada como de “perda provável” conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. Em 2024, o valor provisionado é R\$1.281.

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 289034/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão de supressão de vegetação nativa própria do bioma Mata Atlântica e ocorrência de deslizamentos de encosta em área do empreendimento. A autuação foi classificada como “perda provável” conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado. Em 2024, o valor provisionado é de R\$329.

Provisões referente a outros processos diversos da ANM e SUPRAM. Em 2024 o montante atualizado é de R\$337.

Contingências possíveis

Durante o ano de 2024, foram ajuizadas em face da Companhia 13 novas ações indenizatórias iniciadas por moradores das comunidades que residem perto das barragens que compõem o complexo minerário da Companhia. O somatório total de ações indenizatórias em desfavor da Companhia é de 126 ações, ajuizadas desde 2022. As referidas ações pleiteiam indenizações principalmente alegando: (a) supostos danos morais e psicológicos em vista da proximidade com as barragens e inclusão na Zona de Autossalvamento - (ZAS) de tais estruturas; (b) suposta desvalorização dos respectivos imóveis por conta das chuvas ocorridas em janeiro de 2022.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

16. Provisões de contingências--Continuação

Contingências possíveis--Continuação

Tais ações são classificadas como “perda possível”, conforme classificação realizada pelos respectivos assessores legais, referente as ações ajuizadas apenas em 2024 envolvem o montante aproximado de R\$4.033. Em relação ao somatório total de ações, envolve o montante aproximado de R\$23.292. Já foram proferidas 06 (seis) sentenças de improcedência dessas ações em primeira instância que ainda não transitaram em julgado.

Em dezembro de 2024, a Companhia foi autuada pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão de dano ambiental decorrente de lançamento de efluente que assoreou e alterou a qualidade das águas do Córrego Grande e do sistema Rio Manso, além da não comunicação ao NEA pelo suposto acidente com o valor estimado de R\$1.500. A autuação foi classificada como “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado.

Em novembro de 2023, foi ajuizada uma ação cautelar com medida liminar solicitando que a Companhia reservasse fisicamente 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) toneladas de minério do tipo *sinter feed* em favor do autor, por suposta obrigação contratual firmada entre a AVG e EMICON. A ação foi classificada como de “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais. Esta causa, tem o valor fixado em R\$8.000. Foi deferida liminar em desfavor da Companhia, mas posteriormente a Companhia obteve êxito em reverter tal liminar em 1ª e 2ª instâncias. Em 2024, a referida ação foi julgada e indeferida.

Em abril de 2023, a MMI entrou com uma ação de servidão minerária contra uma mineradora vizinha, para imissão na posse da área está localizada a adutora da MMI. Em primeira instância o juízo concedeu a liminar em favor da MMI, porém a mineradora vizinha interpôs agravo de instrumento e foi proferida decisão monocrática revogando a liminar. A MMI então interpôs agravo interno em face dessa decisão e, paralelamente, iniciou negociações comerciais com a mineradora. A autuação foi classificada como “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais e tem como montante o valor de R\$4.700.

Em novembro de 2020, foi ajuizada ação indenizatória iniciada por um morador da comunidade que reside próximo ao complexo minerário da Companhia. O autor pleiteia: (i) danos materiais causados pela depreciação na fazenda por falta de água, consequentemente tendo sido impossibilitado de trabalhar no imóvel; (ii) danos morais por suposta negligência da Companhia com a infraestrutura das barragens, o que supostamente ocasionou enchentes em sua fazenda. A Companhia apresentou contestação e aguarda decisão judicial. Em 2024, a Companhia fez um acordo com a contraparte no valor de R\$550 e o processo foi arquivado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

16. Provisões de contingências--Continuação

Contingências possíveis--Continuação

Existem outros processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$29.686 em 31 de dezembro de 2024 (R\$19.226 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

17. Provisão para descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita as regulamentações, que preveem a obrigação de descomissionar os ativos em que opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia.

Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Companhia opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Então, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

17. Provisão para descomissionamento de ativos--Continuação

A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas e o encerramento das atividades da Companhia. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia levando em consideração a vida útil da Mina. Em 2024, a Companhia atualizou os custos com base na inflação projetada e reavaliou a taxa de desconto alterando-a de 7,02% a.a. para 8,35% a.a.

As movimentações da provisão para desmobilização de ativos são apresentadas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro 2022	<u>31.408</u>
Revisão de estimativas e complemento de provisão	141.149
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	(43.524)
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u>129.033</u>
Revisão de estimativas e complemento de provisão	1.261
Desembolsos (*)	(11.383)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	(8.784)
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u><u>110.127</u></u>

(*) Estes desembolsos se referem a gastos com a descaracterização das barragens executados no ano de 2024.

18. Passivos de arrendamento

	Principal	Encargos a transcorrer	Ajuste de conversão	Saldo Final
Arrendamento de equipamento	<u>3.350</u>	(217)	(60)	3.072
	<u>3.350</u>	(217)	(60)	<u>3.072</u>
Passivo circulante	1.534			
Passivo Não Circulante	<u>1.538</u>			
	<u>3.072</u>			

As movimentações do arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	Adição	Baixa	Amortização	Juros incorridos	Ajuste de conversão	31/12/2024
Equipamento	-	4.352	-	(1.474)	254	(60)	3.072

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

18. Passivos de arrendamento--Continuação

Cronograma de amortização da dívida do arrendamento:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2025	1.388	-
2026	1.684	-
	<u>3.072</u>	-

A Companhia possui contrato de arrendamento de equipamento gerador de energia com prazo determinado de 36 meses, e com saldo líquido de amortização e juros pagos, no montante de 3.072 em 31 de dezembro 2024.

19. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital Social abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

Em 19 de novembro de 2024 a Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária decidiu realizar novo aumento de capital social no montante de R\$172.500, totalizando um capital social de R\$835.937, dividido em 607.988.416 ações ordinárias nominativas.

Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu realizar novo aumento de capital social destinando o saldo de lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, após a constituição da reserva legal, para R\$172.705, totalizando um capital social de R\$663.437, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas.

Reserva legal

As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital.

Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal--Continuação

A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia seguindo a Lei nº 6.404/76, parágrafo único do art.189, utilizou a reserva legal de R\$13.759 para compensar o prejuízo acumulado no exercício de 2023.

Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa)

A Companhia contratou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de *hedge* cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado.

Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2024 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 4ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, com início em 15 de setembro de 2024.

Ajustes acumulados de conversão

Seguindo os fatores de determinação explícitos no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das demonstrações financeiras a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Dólar norte americano, que melhor reflete o ambiente econômico na qual está inserida e forma como é, de fato, administrada. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional para a moeda de apresentação estão registradas nessa conta.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de Lucros

São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária destinou o lucro líquido do exercício de 2022, após constituição da reserva legal, no montante de R\$172.705 para aumento de capital social.

20. Receita de vendas, líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receita bruta</u>		
Venda de minério mercado externo	498.057	1.181.675
Venda de minério mercado interno (*)	475.893	143.424
	973.950	1.325.099
<u>Deduções da receita</u>		
ICMS	(3)	(747)
PIS	(758)	(2.278)
COFINS	(3.491)	(10.494)
	(4.252)	(13.519)
Receita de vendas, líquida	969.698	1.311.580

(*) Em junho de 2024, a Administração efetuou um novo contrato com a Porto Sudeste Exportação S/A, empresa com domicílio tributário no mercado interno.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final e para alguns contratos o preço é fixo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

21. Custo dos produtos vendidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos logísticos (a)	(734.878)	(769.103)
Insumos (b)	(131.361)	(33.315)
Pessoal (b)	(101.207)	(55.610)
Depreciação e amortização (d)	(73.661)	(4.776)
Energia elétrica	(28.631)	(11.245)
Royalties	(72.981)	(69.603)
Combustíveis (c)	(41.570)	(26.811)
Serviços / Manutenção e reparos (c)	(306.824)	(194.367)
Taxas e contribuições sobre atividades minerárias	(43.424)	(56.720)
Provisão para perda de estoques	(39.175)	(13.772)
Outros	(12.293)	(5.610)
	<u>(1.586.005)</u>	<u>(1.240.932)</u>

- (a) Em 2024 os custos logísticos reduziram em consequência do menor volume de venda comparado a 2023.
- (b) Com o início da operação da planta de Tico-Tico e consequentemente uma nova rota de processos (flotação, concentração entre outros) incorreu em maior consumo de insumos, e gasto com pessoal.
- (c) Em 2024, com o início das operações da nova planta Tico-Tico ocorreu um aumento na circulação de caminhões pesados, culminando no aumento dos custos com combustíveis, assim como, em decorrência de uma usina mais robusta, a Companhia demandou maiores custos de serviços de manutenção de equipamentos, principalmente, na troca de revestimento de moinho, britadores e bombas.
- (d) Em 2024, com a conclusão da Usina de Tico-Tico, ocorreu a ativação de instalações, máquinas e equipamentos, então, os valores depreciados desta Usina culminou em um aumento significativo.

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(35.168)	(40.459)
Serviços de terceiros (a)	(38.594)	(23.439)
Depreciação e amortização	(4.327)	(191)
Aluguéis	(2.193)	(2.170)
Outras	(2.150)	(142)
	<u>(82.432)</u>	<u>(66.401)</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos de serviços relacionados com consultores jurídicos, financeiros, administrativos, manutenção de sistemas, segurança e limpeza.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

23. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Geotecnia	(14.357)	(55.504)
TAC - Descaracterização Barragens B1 Ipê, B1 Auxiliar TT e B2 TT (a)	-	(300)
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) - chuvas (b)	(5.910)	(308)
Termo Cooperação - Estrada da "Conquistinha" (c)	-	(30.815)
Perda crédito tributário	(4.648)	-
Perda de ativo imobilizado	(17.352)	-
Venda de Sucata	1.389	-
Outros	(1.008)	(637)
	(41.886)	(87.564)

(a) Refere-se ao Termo de Compromisso mencionado na Nota 15 (d).

(b) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 15 (c).

(c) Refere-se ao termo de cooperação administrativa firmado entre a MMI e Prefeitura de Brumadinho para a pavimentação de 7,2km da estrada municipal denominada "Conquistinha" no trecho entre a BR 381 e a bifurcação com a estrada da "Farofa".

24. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	9.673	2.787
Variação cambial ativa (a)	325.110	94.769
Outros	2.116	9
	336.899	97.565
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (b)	(100.964)	-
Juros partes relacionadas	(54.277)	-
Outros juros	(3.830)	(713)
Custos de transação	(6.608)	-
Perda em operação de hedge(c)	(30.372)	-
Variação cambial passiva (a)	(46.467)	(134.482)
Taxas bancárias	(93)	(1.249)
Outras despesas financeiras	(1.388)	(1.991)
	(243.999)	(138.435)
Resultado financeiro	92.900	(40.870)

(a) Efeito da conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional dólar para os itens monetários que são apresentados em Reais pela taxa média do ano.

(b) Despesa com juros sobre debentures e empréstimos no exterior.

(c) Em 2024, a Companhia incorreu em uma perda no seu instrumento financeiro derivativo no montante de R\$65.463 devido a sua liquidação antecipada.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos diferidos ativos (passivos)		
Prejuízos fiscais	262.389	43.500
Base negativa de contribuição social	94.460	15.660
Provisão participação dos lucros	-	3.525
Provisão para contingências ambientais	1.876	1.756
Provisão de vendas a terceiros - externo a faturar	(9.468)	(24.590)
Provisão para perda de estoque	317	301
Provisão para perda de crédito tributário	2.982	2.604
Descomissionamento Fechamento de Mina	1.056	-
Atualização depósito judicial	(233)	-
Descomissionamento Barragem	596	-
Atualização ARO	422	-
Arrendamentos	79	-
Juros sobre debentures	(43.584)	(45.428)
Rendimento Aplicação Financeira sobre debêntures	11.622	12.114
Variação cambial	23.937	1.037
	346.451	10.479
	<hr/>	<hr/>
Efeito oriundo da mudança de moeda funcional (a)	100.664	33.837

(a) Considerando o fato de a Companhia ter alterado sua moeda funcional para o dólar norte-americano em 2022 a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real em 2023 e 2024, a base tributária do imobilizado e do intangível foi significativamente superior à respectiva base contábil, gerando assim um imposto diferido ativo. Visto que se trata de um imposto diferido contábil, a Companhia optou por não reconhecer o ativo fiscal diferido pois não espera que seja realizado no médio prazo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A estimativa da Companhia é de realizar o saldo de diferido ativo no período de até 5 anos.

A expectativa de realização desses impostos diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporárias ocorridas até 31 de dezembro de 2024, conforme estudo apresentado pela Administração da Companhia está demonstrado conforme a seguir:

<u>Ano</u>	<u>2024</u>
2026	80.641
2027	74.419
2028	87.292
2029	94.216
2030	9.883
	<hr/> 346.451 <hr/>

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada no exercício

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	31	30.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(335.972)	(61.014)
	(335.941)	(30.966)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(647.725)	(124.187)
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	220.227	42.224
Reconciliação da alíquota efetiva		
Varição cambial	22.900	1.858
Participação nos resultados	(3.525)	1.254
Provisão para contingências	120	465
Provisão de venda - mercado externo	15.122	19.874
Juros sobre debentures	1.845	(33.662)
Rendimento aplicação financeira sobre debentures	(492)	9.159
Provisão para perda de crédito tributário	377	2.604
Provisão para perda de estoque	16	301
Reconhecimento de créditos fiscais diferidos s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(1.853)
Ajuste conversão do balanço em moeda funcional	(594.719)	(73.322)
Descomissionamento amortização Fechamento Mina	1.056	-
Descomissionamento amortização Barragem	596	-
Descomissionamento ajuste a valor presente	422	-
IFRS 16	79	-
Outros	35	132
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos do período	(335.941)	(30.966)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

A Companhia está exposta a uma variedade de riscos e incertezas que podem ter um impacto financeiro. Dentre eles, os principais são o risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros e o risco de moeda estrangeira e risco de mercado. Esses riscos decorrem das exposições ocorridas no curso normal dos negócios e são monitorados pela Administração com o objetivo geral de minimizar os efeitos adversos do desempenho financeiro da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber.

a) Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

i) *Risco de preço*

Paras as vendas realizadas com base no preço da commodity a Companhia recebe, no momento do embarque, 80% do valor referente à venda considerando o preço da commodity na data da venda. Adicionalmente, o valor remanescente é corrigido pelas flutuações do preço da commodity considerando um prazo de 60 dias da data do embarque. Nesse sentido, os montantes a receber pela Companhia consideram uma expectativa de variação do preço até a data de vencimento das faturas.

Dessa forma, a Administração entende que possíveis variações de preço já estão refletidas nos saldos registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco cambial*

O principal objetivo da Companhia é o de produzir minério de ferro, que é geralmente cotado em Dólares norte-americanos. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parte dos custos da Companhia é incorrida em Reais. Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e o Real. A exposição cambial está atrelada aos saldos de contas a receber em dólar americano (USD) R\$127.018 em 2023, decorrente das exportações. Em 2024 tivemos empréstimos captados em dólar americano (USD) no montante de R\$204.234 (R\$0 em 2023).

Uma queda de 25% e 50% na taxa de câmbio resultaria em ganhos cambiais em 2024 de R\$51,058 e R\$102,117, respectivamente.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de venda de minério de ferro.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Mineração Morro do Ipê adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em dezembro de 2024 e 2023. Entretanto, possui instrumento mensurável ao valor justo no Demonstrativo de Resultado Abrangente classificado como Nível 2.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e bancos (nível 2)	1.611	10.869
Aplicações financeiras (nível 2)	66.728	94.690
	<u>68.339</u>	<u>105.559</u>
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	30.157	62.372
	<u>30.157</u>	<u>62.372</u>
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes - parte relacionada	-	127.018
	<u>-</u>	<u>127.018</u>
Passivos financeiros		
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	43.187	14.119
	<u>43.187</u>	<u>14.119</u>
Custo amortizado		
Fornecedor	149.727	156.071
Empréstimo	925.637	756.100
Partes relacionadas	844.593	260.877
Demais contas a pagar	50.136	80.772
	<u>1.970.093</u>	<u>1.253.820</u>

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade da marcação à mercado do swap. Para a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a oscilação incidiu sobre toda a curva.

	Dólar Futuro		
	-10%	À Mercado	+10%
DI Futuro			
+10%	22.472	(59.929)	(142.331)
À Mercado	729	(84.119)	(168.966)
-10%	(25.847)	(113.683)	(201.520)

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$274.000, cobertura de responsabilidade civil geral de R\$60.000 e D&O no valor de R\$120.000.

28. Eventos subsequentes

Em 18 de março de 2025, o Banco Bradesco aprovou a proposta Firme referente à emissão de uma nova debênture, em duas séries, totalizando aproximadamente US\$175 milhões. Os recursos provenientes dessas emissões serão destinados, predominantemente, à quitação da debênture existente, no valor aproximado de US\$130 milhões, bem como à cobertura de despesas e investimentos relacionados ao processo de *ramp-up* da unidade Tico-Tico. A nova debênture possui prazo de vencimento total de seis anos, com carência de principal de um ano. Na data de emissão desta nota explicativa, os respectivos contratos encontram-se em fase final de revisão entre as partes envolvidas.

Adicionalmente, ainda no mês de março de 2025, a Companhia concluiu a renegociação dos pagamentos de principal de duas Cédulas de Crédito à Exportação (NCEs), conforme segue:

- (i) a NCE contratada com o Banco ABC, no valor aproximado de US\$10 milhões, terá o principal pago em parcela única (*bullet*) com vencimento em março de 2026;
- (ii) a NCE contratada com o Banco Itaú, no valor aproximado de US\$20 milhões, terá o principal amortizado em seis parcelas, com início previsto para dezembro de 2025.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor - Presidente
Luiz Claudio Bello Patrus Diretor de Operações
Thiago Semião Roldão - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira - Contador CRC-MG 095.168/O-9